

## Plano de Manejo Lagunar para a Sub-Região Hidrográfica do SCSL LRF

### 1) Diretrizes:

- *Observância* da legislação hídrica, em especial : Resolução CNRH nº 145/2012);
- Planos de Manejo de Usos Múltiplos de Lagoa ou Laguna- conforme a Lei 3239/99: embasamento de programas e projetos com foco nas áreas dos sistemas lagunares para o CBH \_BG;
- Priorização da adequação da drenagem de águas pluviais, prevendo a promoção, junto aos município, de infra-estrutura de drenagem de águas pluviais para que os sistemas de micro drenagem acompanhem pavimentação das ruas (de forma a minimizar os problemas relacionados à escoamento superficial das águas pluviais);
- necessidades de intervenções, especialmente de infraestrutura, de responsabilidade dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos deverão ser identificadas e elaboradas propostas e alternativas de apoio à sua execução;
- adoção preferencial para escala 1:25.000 na elaboração de trabalhos temáticos, principalmente os referentes à hidrologia, ao balanço hídrico da bacia e ao uso e ocupação dos solos;
- temas estratégicos que nortearão a elaboração do PRH- BG são: elaboração de estudos hidrológicos e de vazões extremas; Avaliação da rede quali-quantitativa para a gestão das águas no RJ; Áreas vulneráveis a eventos críticos; Avaliação das fontes alternativas para abastecimento da RH-V; Avaliação do potencial hidrogeológico dos aquíferos localizados na RH-V; e Avaliação da intrusão salina;
- o Plano de Bacia deverá levar em consideração estudos sobre questões problemáticas, considerando conceitos do Plano Diretor e incorporando questões específicas de lagunas costeiras, as quais devem considerar os planos de zonas costeiras (objeto da Câmara Técnica de Gestão Costeira, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CETECOST);
- o Plano de Bacia deverá considerar o comitê de integração das bacias hidrográficas com a zona costeira, sendo que a integração compreende a área de atuação do SCSL LRF até a projeção de 220 milhas no mar;

### 2) PMUL LRF deverá produzir os seguintes documentos (digitais e georreferenciados):

- descrição da arquitetura institucional do SCSL LRF, assim como da gestão ambiental e hídrica da sub região;

- cadastro e codificação das Unidades Hidrográficas (bacias, sub-bacias e microbacias ), rios, córregos, canais Artificiais, lagoas e brejos, empregando-se o sistema de classificação nacional /Sistema Ottobacias adotado pela ANA;
- batimetria da LRF
- cadastro de outorgas/cobranças
- relatório de avaliação de água subterrânea
- mapa da cobertura vegetal e uso da terra
- relatório do estado da cobertura vegetal e uso da terra
- acervo de estudos/pesquisas/documentos relevantes sobre o ecossistema e a hidrologia da área [digitalizado]

3) o Plano de Manejo Lagunar do Sistema Lagunar Lagoa Rodrigo de Freitas deverá levar em consideração os seguintes planos e projetos para a sub região:

- projetos sobre a ligação da LRF com o mar;
- proteção de nascentes (Serra da Carioca – vertente sul);
- revitalização da vertente sul da Serra da Carioca;
- ampliação e melhoria da produção pesqueira da LRF e reestruturação do Núcleo da LRF / Colônia de Pescadores Z13;
- legado das Competições Olímpicas e Paralímpicas – Rio 2016;
- balneabilidade da LRF;
- conclusão da Galeria de Cintura do entorno da LRF;
- Plano Municipal de Saneamento do Rio de Janeiro;
- redefinição do sistema integrado dos órgãos gestores com atuação/ jurisdição na área de atuação do SCSL LRF

4) Previsão do seguinte conjunto de dados como linha de base para elaboração do PMUL LRF:

4.1) Arquitetura Institucional do Subcomitê LRF

- Decreto 26079/2000 cria Comitê Gestor da LRF [1o comite de bacia hidrográfico no ambito estadual ]
- Decreto n. 35487/2004 cria o Comitê Consultor da LRF
- Dec. 38.260 de 08/12/2004 - Cria o Comitê da Baía da Guanabara
- Res CERHI-RJ N° 63, 2/06/2011 (cria subcomitê da LRF )
- Regimento Interno da Baía da Guanabara atualizado (2018)

4.2) Gestão ambiental da LFR

- Decreto 130/1975 : aprova o PA 9548 - delimita a superfície de domínio do espelho d'água da LRF
- DZ 115/1978 – Diretriz de Classificação da Lagoa Rodrigo de Freitas
- DZ 116/1987 – Diretriz de Classificação da Bacia Hidrográfica da Lagoa Rodrigo de Freitas
- Decreto Municipal nº 9396/1990: tombamento do espelho d'água da LRF e proteção do seu entorno
- Decreto Municipal nº 18.415 de 01 de março de 2000 [ parâmetros de uso para o espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas]
- Plano de Gestão Ambiental da LRF (2013)  
<http://www.rio.rj.gov.br/documents/91265/2972533/10+-+RIOAGUAS+-+Plano+de+Gest%C3%A3o+Ambiental+da+Lagoa+Rodrigo+de+Freitas+-2013>
- Lei (do Distrito Federal) nº 770/1953 [proíbe aterro da LRF]
- Decreto Municipal nº 22.255/2002 [Convênio de Municipalização das Operações e Controle da LRF ]
- Resolução Conjunta SMAC/SMO/SMU nº 02/2011 [ demarcação e utilização de FMP e/ou de Faixa Non Aedificandi ]
- Decreto Municipal nº 29.881/2008 [ Capítulo I do Título V do Regulamento nº 2 do Livro I Exploração de Atividades Recreativas no Mar, nas Praias, nos Rios, Lagoas e Lagos e Regulamento nº 7 do Livro II Defesa dos Cursos de Água ]
- Decreto Municipal nº 42.675/2016 [ Plano Municipal de Contingência da Lagoa Rodrigo de Freitas]

#### 4.3) Unidades de Conservação localizadas na sub região hidrográfica da LRF [ levantar planos de manejos ]

- Parque Municipal Natural da Cidade - Decreto Municipal 29.538/2008 - Parque Nacional da Tijuca - Decretos Federais nº 50.923/1961 e n.º 60.183/1967
- Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista - Decreto Municipal nº 11.301/1992
- Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado - Lei Municipal nº 3.693/2003
- Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos - Decreto Municipal nº 11.850/1992
- Área de Proteção Ambiental da Orla Marítima - Lei Municipal nº 1.272/1988
- Área de Proteção Ambiental das Pontas de Copacabana e Arpoador e seus Entornos - Lei Municipal nº 2.087/1994
- Área de Proteção Ambiental do Morro dos Cabritos - Lei Municipal nº 1.912/1992
- Área de Proteção Ambiental de Sacopã - Decreto Municipal nº 6.231/1986
- Parque Natural Municipal da Catacumba - Decreto Municipal nº 1.967/1979
- Parque Natural Municipal Jose Guilherme Merquior - Decreto Municipal nº 19.143/2000
- Área de Proteção Ambiental do Morro da Saudade - Lei Municipal nº 1.912/1992
- Área de Proteção Ambiental do Jóquei - Lei Municipal nº 1.400/1989

- Área de Proteção Ambiental Paisagem Carioca - Decreto Municipal nº 37.486/2013
- Área de Proteção Ambiental do Morro do Leme, Urubu e Ilha de Cotunduba - Decretos Municipais nº 9.779/1990 e nº 14.008/1995
- Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Cotunduba - Lei Municipal nº 5.019/2009
- Parque Natural Municipal Paisagem Carioca - Decreto Municipal nº 37.231/2013
- Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca - Decreto Municipal nº 26.578/2006
- Monumento Natural das Ilhas Cagarras - Lei Federal nº 12.229/2010
- Parque Estadual da Chacrinha - Decreto "E" nº 2.853/1969
- ARIE São Conrado - Lei Municipal nº 3.693/2003
- Trilha Transcarioca - Decreto municipal 43.272/2017
- Decreto Municipal nº. 30.181/2008 [ acesso, visitação e atividades UCs Proteção Integral Municipais]

#### 4.4) Legislação Municipal correlata à gestão de recursos hídricos na LRF

- Resolução SMAC nº 468, de 28 de janeiro de 2010 [ análise e informações das condições das areias das praias ]
- Decreto Municipal nº 30.542 de 18 de março de 2009 [ Comitê de Qualificação Ambiental da Orla Marítima]
- Decreto Municipal 29.881 de 18 de setembro de 2008 [Posturas da Cidade do Rio de Janeiro ]
- Decreto Federal nº 50.877, de 29 de junho de 1961[ lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos em águas interiores ou litorâneas]
- Decreto Federal nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004 [regras de uso e ocupação da zona costeira e critérios de gestão da orla marítima]
- Lei Municipal nº 1272 de 06 de julho de 1988 [APA Orla Marítima das Praias de Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado e Barra]
- Lei Municipal nº 4.139 de 18 de julho de 2005[ critérios de proteção ambiental para as praias e cria faixa de proteção à vegetação de restinga]
- Convênio (2007) corpos hídricos- Convênio de Cooperação celebrada entre o Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para a delegação de competências do Estado para a Prefeitura do Rio de Janeiro, relativas aos corpos hídricos localizados integralmente no território do Município do Rio de Janeiro
- Resolução INEA nº 130, de 10 de dezembro de 2015 [sobre demarcação das FMP e das faixas non aedificandi de corpos d'agua RJ]
- Resolução Conjunta SMAC/SMO/SMU nº 02, de 06 de janeiro de 2011[ demarcação e utilização de Faixa Marginal de Proteção e/ou de Faixa “non aedificandi” na Cidade do Rio de Janeiro, em função da legislação em vigor e da celebração de Convênio entre a Prefeitura e o INEA]
- Lei nº 1.631, de 21 de outubro de 1990[lançamento de esgotos sanitários em corpos hídricos receptores do Município do Rio de Janeiro]

- Decreto Municipal nº 10.082, de 27 de março de 1991 [ sistema de esgotamento sanitário do Município do Rio ]Decreto Municipal nº 19.716 de 02 de abril de 2001 [sistema de monitoramento e fiscalização das lagoas do Rio]
- Lei Municipal nº 4.139 de 18 de julho de 2005 [proteção ambiental para as praias e cria faixa de proteção à vegetação de restinga]
- Decreto Municipal nº 34.290/2011[ Plano Municipal de Saneamento para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário PMSB-AE]  
[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4282910/4152311/PMSB\\_DRENAGEMEMANEJODEAGUASPLUVIAIS.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4282910/4152311/PMSB_DRENAGEMEMANEJODEAGUASPLUVIAIS.pdf)
- Lei Complementar Municipal nº 111/2011 [ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro]
- Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica RJ  
<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5362208/4140310/PMMARJCOMPLETObaixa.pdf>

#### 4.5 ) Recursos pesqueiros no âmbito da LRF e águas interiores doces:

- Lei Federal nº 11.699/2008 [Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores]
- Lei Estadual nº 3.192/1999 [ Direito dos Pescadores às Terras que Ocupam]
- Lei Municipal nº 6.130/2017 – Declara Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial a pesca artesanal no Município do Rio de Janeiro;
- Decreto Municipal nº 12.738/1994 [Declara de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-13]
- Instrução Normativa IBAMA nº 43/2004 [Ordenamento de aparelhos e métodos de pesca em águas continentais brasileiras/água doce]
- Instrução Normativa IBAMA nº 14/2005 e nº 120/2006[ uso de artes fixas utilizadas nas lagoas, baías e enseadas do RJ]
- Instrução Normativa MMA nº 53/2005 [ tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do BR]
- Portaria MMA nº 43/2014 [programa nacional de conservação das espécies ameaçadas de extinção]
- Portaria MMA nº 445/2014 [ Lista de espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção]

#### 4.6) FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DE DADOS

1. Projeto Lagoa Limpa: [http://www.cedae.com.br/lagoa\\_limpa](http://www.cedae.com.br/lagoa_limpa)
2. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SMAC) - Solução integrada de reabilitação ambiental da Lagoa Rodrigo de Freitas, Canal do Jardim de Alah e praias do Arpoador, Ipanema e Leblon. In: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Rio de Janeiro: Ambiental, 2001;
3. TECHNO-BIO – Reabilitação ambiental da Lagoa Rodrigo de Freitas por dutos afogados. In: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) Patrocínio EBX. Rio de Janeiro, 2011;

4. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SMAC) - Programa de Monitoramento dos Ecossistemas Costeiros-Urbanos do Município do Rio de Janeiro - Relatórios de 1996 a 2006
5. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SMAC) – Programa de Monitoramento da Lagoa Rodrigo de Freitas quanto ao Fito-Zooplâncton e Ictiofauna – Relatórios de 2000 a 2003
6. FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE (FEEMA) – Relatórios de Avaliação da Qualidade dos Sedimentos, 2007
7. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA) - Relatório do Monitoramento da Qualidade da Água durante as Obras de Estaqueamento da Estrutura da Raia Olímpica, 2015
8. FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RIO-ÁGUAS) – Relatórios Técnicos de Caracterização da Qualidade Ambiental dos Sedimentos, da Água e da Comunidade Fitoplânctonica e de Monitoramento Físico-Químico de Qualidade da Água durante a Atividade de Dragagem, 2016
9. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SMAC) – Programa de Monitoramento da Qualidade da Água da Lagoa Rodrigo de Freitas, Relatórios e Boletins, 2011 a 2016, Boletins disponíveis no link:  
<http://www.rio.rj.gov.br/web/seconserma/gestao-ambiental-da-lagoa-rodrigo-de-freita>
10. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SMAC) – Mapeamento da Cobertura Vegetal e do Uso das Terras do Município do Rio de Janeiro, 2010, 2014 e 2016, disponível no link:  
<http://prefeitura.rio/web/seconserma/exibeconteudo?id=7514548>
11. INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP) – Armazém de Dados, 2018, disponível no link: <http://www.data.rio/>
12. SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E MEIO AMBIENTE (SCMA) – Programa de Monitoramento da Qualidade da Água da Lagoa Rodrigo de Freitas, Relatórios e Boletins, 2017 a 2018;
13. Bancos de Dados de Qualidade da Água - FEE